

## “Historicismo”: a atualidade de uma questão aparentemente inatual\*

Prof. Dr. Francisco J. Calazans Falcon\*\*

O tema que escolhi para esta aula navega hoje em dia entre dois rochedos: um a ameaçá-lo de banalização, e outro a proclamar sua não-atualidade. Difícil decidir-se sobre qual dos dois é o mais terrível: o primeiro mascara um desconhecimento disfarçado de aparente familiaridade; o segundo tenta devolver ao passado um espectro que ainda insiste em permanecer entre os viventes.

J.A. Cannon, no verbete “Historicismo”,<sup>1</sup> começa assim:

Uma palavra confusa e que confunde, a qual deveria ser abandonada, já que obscurece mais do que ilumina.

E termina, afirmando:

---

\* Aula inaugural do primeiro semestre letivo, proferida no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense em abril de 1997.

\*\* Francisco Falcon é professor de História Moderna e Contemporânea da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, professor titular aposentado de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal Fluminense; ensinou também na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre suas obras inclui-se: *A época pombalina* (São Paulo, Ática, 1982)

<sup>1</sup> John A. Cannon, “Historicism”, in *The Blackwell dictionary of historians*, John Cannon et al. (edit.), London, Blackwell, 1988, pp. 193-4: ‘A confused and confusing word, which should be abandoned, since it obscures more than it illuminates. (...) Historicism, like a dragon, has been slain again and again (...). Few, if any, historians admit to being historicists and it has become a mere term of abuse. Subsequent articles and even conferences to get the word back on its legs have merely served to confirm that it should be buried.’

Como um dragão, o historicismo foi morto repetidas vezes (...). Poucos historiadores, se é que há algum, admitem ser historicistas: este tornou-se unicamente um xingamento. Artigos ou mesmo simpósios que procuraram pôr de novo o termo de cabeça para cima só serviram para confirmar que ele deveria ser enterrado.

Todavia, se concordo com a opinião de Carr quanto à extraordinária capacidade de sobrevivência do “historicismo”, discordo da sentença, e se esta discordância é a razão de ser deste texto, é conveniente esclarecer que, ao contrário de “Marco Antônio”, se aqui estou para discutir o historicismo, meu objetivo não é fazer o seu elogio nem tampouco sepultá-lo. Pretendo, sim, contribuir, na medida do possível, para sua discussão, tendo em vista dois objetivos: distinguir diferentes significações a partir da própria história do conceito; demonstrar sua presença real na historiografia contemporânea.

### *I. Presença e atualidade do “historicismo”*

Começo esta exposição pelo final, pois este é também sua justificativa maior. Tomo como ponto de partida uma constatação aparentemente paradoxal: nunca, talvez, o historicismo tenha estado, ao mesmo tempo, tão presente e tão ausente entre historiadores e cientistas sociais. Presença e ausência ostentam, no entanto, sinais contrários, conforme tenhamos em vista a historiografia ou as obras sociológicas, políticas, etc. Na historiografia, multiplicam-se os pressupostos historicistas, mas o tema “historicismo” é pouco mencionado e, tal como afirma Cannon, é muito raro, quase impossível mesmo, encontrarmos um historiador que se diga “historicista”. Nos textos de ciências sociais, inversamente, utiliza-se cada vez mais o adjetivo “historicista”, ou o substantivo “historicismo”, para designar tanto uma concepção explicativa de processos sociais quanto uma forma ou método de investigação que privilegia o valor de verdade intrínseco à documentação histórica (empírica). Seja como for, “historicista” tende a ser sempre “o outro”.

M. Lowy,<sup>2</sup> num de seus livros mais divulgados, caracteriza como “historicista” todo autor, ou obra, que se baseie na hipótese de que:

---

<sup>2</sup>. Michel Lowy, *Ideologia e ciência social*. Elementos para uma análise marxista, 4ª. ed., S. Paulo, Cortez, 1988, pp. 69-70.

Qualquer fenômeno social, cultural ou político é histórico e só pode ser compreendido dentro da história, através da história e em relação ao *processo histórico*.

A utilidade desta definição, talvez um tanto genérica, é acoplar duas afirmações — uma ontológica e outra epistemológica — que podem estar juntas ou não nos diferentes usos do termo “historicismo”. Assim, no caso dos textos de ciências sociais, as alusões ao historicismo deste ou daquele autor servem para sublinhar e demarcar as distâncias entre uma epistemologia de viés compreensivo e interpretativo, embasada na historicidade inevitável e irreversível de todos os fenômenos humanos, e uma epistemologia discursiva e explicativa baseada em abstrações teóricas — conceitos e/ou modelos — inspirada num ideal de cientificidade concebido em bases nomológicas. Logo, se, na primeira, a história é, simultaneamente, condição de existência dos fenômenos e de possibilidade do seu conhecimento, já na segunda, “história” confunde-se com “base empírica” e funciona apenas como “variável” em meio a outras variáveis.

Já os historiadores, apesar de demonstrarem, cada vez mais, tendências tipicamente historicistas no âmbito da sua disciplina, evitam referir-se de maneira explícita ao “historicismo”. Cito aqui, como exemplo recente, Boutry e Dosse.

Boutry, ao analisar as *Certezas e descaminhos da razão historiadora*,<sup>3</sup> faz referência a uma “tendência secular... que hipertrofiou cada vez mais o sujeito do conhecimento, tendência cujas raízes se fixam no solo nietzscheano” e que, através de um longo percurso filosófico e histórico, consoma “a passagem da objetividade à subjetividade, das críticas das fontes à das categorias e das formas da escrita da história... e o questionamento da verdade histórica enquanto forma de conhecimento.”

Dosse, ao expor *Le tournant interprétatif et pragmatique de l'historiographie française*,<sup>4</sup> sublinha dois aspectos: o retorno do acontecimento no que ele possui de único e a abordagem hermenêutica do sentido, assinalando aí as influências de W. Benjamin e de P. Ricoeur, como capazes de explicar a “reorientação” dos *Annales* na década de 1980, em termos do seu distanciamento do positivismo e do estrutural-funcionalismo.

<sup>3</sup>. Philippe Boutry, “Assurances et errances de la raison historique”, in J. Boutier et D. Julia (edit.), *Passés recomposés*, Paris, Autrement, 1995, p. 60.

<sup>4</sup>. François Dosse, *Le tournant interprétatif et pragmatique de l'historiographie française*, mimeo, Recife, 1995.

Estes dois exemplos demonstram, no meu entender, a distância que hoje separa os “annalistas” dos ataques ao “historicismo”, tão comuns nas décadas de 1930 e 1940: dos *Annales*, sentenciando de morte a historiografia factual e historizante em termos do seu “positivismo” e “historicismo”, e de Popper, no conhecido *A miséria do historicismo*, empenhando-se com tal afinco em demonstrar os erros e perigos do “historicismo” que, segundo Carr, acabou por esvaziar o termo de qualquer significado preciso: *O Professor Popper usa a palavra ‘historicismo’ nela englobando todas as opiniões que lhe desagradam*.<sup>5</sup> Uma atitude, por sinal, também partilhada pelas “esquerdas ortodoxas”, empenhadas, como é sabido, em denunciar os “desvios historicistas” de pensadores marxistas como J. Lukács, K. Korsch e A. Gramsci.

Acredito que é em consequência de tais ataques ao historicismo que Lowy se refere à cristalização dualista dos campos teóricos: marxismo *versus* positivismo:

Considero importante insistir sobre o historicismo porque freqüentemente a percepção que se tem do debate na ciência social é do confronto entre o positivismo e o marxismo (...) é um erro ignorar ou negligenciar a existência de uma terceira corrente, que é o historicismo.<sup>6</sup>

Parece-me assim que, apesar de aqui enunciadas de forma simplificada, tanto a presença como a atualidade do nosso tema justificam a exposição que se segue.

## II. Dualismo conceitual

A palavra “historicismo” corresponde à tradução da sua congênere alemã *historismus*, na mesma clave de substantivação conceitual de relações, práticas ou processos históricos em que é rica a língua alemã e que constitui a origem de tantos “ismos” contemporâneos. Uma vez criados, porém, tais “ismos” rapidamente se convertem em entidades dotadas de existência própria, verdadeiros agentes históricos, isto é, não mais conceitos (idéias), mas seres “reais”.

Ocorre, porém, no caso do termo “historicismo”, um problema específico: não é consensual a tradução de *historismus* como “historicismo”. Há neste caso, afirma-se, um certo equívoco, pois o sentido germânico de

<sup>5</sup> E.H. Carr, apud Cannon, “Historicism”, op.cit., p. 194: “Professor Popper uses the word ‘historicism’ as a catch-all for any opinion he dislikes.”

<sup>6</sup> Michel Lowy, *Ideologia e ciência social*, op. cit., p. 69.

*historismus* não é o mesmo que o de “historicismo”. Tentarei, assim, aclarar um pouco esta questão, tomando como ponto de partida a reconhecida polissemia de “história” e a ela acoplando o termo “historicismo”, já que este significa diferentemente, conforme tenhamos em vista a “História” (história-matéria) ou a “história” (história-disciplina). Analisarei, a seguir, separadamente, cada um destes significados.

### 1. “Historicismo” e “História”

História — *res gestae* —, isto é, a “realidade histórica”, significa aqui a “matéria do conhecimento histórico”, no dizer de Topolski.<sup>7</sup> Sobre o pressuposto ontológico da existência *real* da História — sua imanência —, assenta-se, epistemologicamente, o *realismo histórico* e sua teoria da “correspondência”.<sup>8</sup> Materialistas ou idealistas, as diferentes concepções a respeito do “verdadeiro ser” da História variam também bastante quanto aos seus atributos e cognoscibilidade. Com efeito, há um amplo leque de possibilidades desde a idéia de História como empiria caótica, indeterminada e “irracional”, até a idéia de História como totalidade estruturada, regida por leis, desenvolvendo-se ao longo de uma temporalidade linear segundo uma direção ou sentido racionalmente inteligíveis. A existência ou “realidade” da História constitui, então, apenas um *primeiro pressuposto* do *historicismo*.

A idéia de História como realidade imanente, no entanto, não significa muito. Ao historiador não basta saber que ela existe; é fundamental, também, indagar a respeito da possibilidade ou não de conhecê-la. O empirismo “positivista” supõe a racionalidade do objeto e a possibilidade de conhecê-lo como reflexo ou representação na mente do sujeito racional (o historiador). Para as teorias pertencentes à tradição kantiana a natureza em si da História é incognoscível, pois só podemos conhecer fenômenos ou aparências cuja racionalidade intrínseca constitui um novo foco de debates, uma vez que, se a História como realidade empírica é, por hipótese, irracional, somente o historiador poderá aí introduzir um princípio de racionalidade.

Derivam de tais alternativas tanto as concepções relativistas como as cientificistas. Se as primeiras resultam do papel mais ou menos decisivo que se atribui ao sujeito, as segundas não se satisfazem com a teoria do reflexo. Trata-se, a rigor, de construir a teoria mais adequada ao conhecimen-

<sup>7</sup> Jerzy Topolski, *Metodologia de la historia*, 2ª. ed, Madrid, Cátedra, 1985, pp. 190 e segs.

<sup>8</sup> Jerzy Topolski (edit.), *Historiography between modernism and postmodernism*, Amsterdam-Atlanta, Rodopi, 1994, pp. 10-11, 40, 54.

to das leis que regem a realidade histórica, ou seja, atingir ou “desvendar” um “real mais real” que aquele constituído pelas aparências ou dados empíricos. Claro está, no entanto, que esse objetivo só é válido admitindo-se, como premissa, a racionalidade da História. Caso contrário, pode-se apenas proceder como Weber — construindo “tipos ideais”.

Desculpem-me esta breve digressão um tanto “filosófica” acerca da História. O importante para nós é algo mais simples: para o “historicismo” o essencial vem a ser o fato de que “a História é” — existe em si mesma, como processo real, imanente e intrinsecamente racional; mais ainda: a História evolui/desenvolve-se no tempo conforme uma lógica interna que lhe imprime sua própria direção ou “sentido” — o “progresso”. Assim, para além da certeza de que a História existe, *temos, no historicismo, um segundo elemento* — uma certa idéia acerca da natureza da História.

Há, ainda, *um terceiro elemento típico do historicismo*, o mais conhecido: a afirmação de que a realidade é histórica, tudo tem história e existe na História. Se assim é, a historicidade não constitui apenas uma dimensão do real ou uma de suas formas possíveis de apreensão, pois, em princípio, tudo é histórico, inclusive o próprio conhecimento histórico. Não é muito difícil, então, compreender-se por que os adeptos do “conhecimento científico” repelem com vigor as perspectivas “historicistas”, especialmente este “terceiro elemento”.

“Historicismo” e “anti-historicismo”. Teremos dado tantas voltas para, afinal, retornarmos a K. Popper? Talvez sim, talvez não. Ter ou não ter a História como certeza é apenas um primeiro divisor de águas, como irei expor mais adiante. Antes disso, no entanto, é conveniente desfazermos a idéia da existência de algo assim como um historicismo homogêneo. A realidade é outra e indica uma razoável diversidade, quer quanto às concepções de “História”, quer do ponto de vista da respectiva inteligibilidade.

O século XIX ficou conhecido, retrospectivamente, como o “Século da História”, aquele no qual se produziu “A Invenção da História”,<sup>9</sup> quer dizer, a afirmação da realidade ontológica de uma “História em si” concebida como “singular coletivo”, segundo Koselleck.<sup>10</sup> Ao mesmo tempo, o Oitocentos foi palco de luta incessante entre “Ciência” e “Metafísica” (Filo-

---

<sup>9</sup>. Arno Wehling, *A invenção da História*. Estudos sobre o historicismo, Niterói, UFF, 1994.

<sup>10</sup>. R. Koselleck, *Futures past*. On the semantics of historical time, Cambridge (Mass), MIT, 1985, pp. 92-104.

sofia), luta na qual a “História” pertence ao espaço da especulação filosófica e cada vez mais se distingue de uma “*história*” que se pretende científica.

Talvez as coisas fossem bem mais simples, reconheço, se aquela tríade descrita por Lowy<sup>11</sup> — positivismo, historicismo, marxismo — pudesse realmente circunscrever rigorosamente o âmbito do historicismo. Não creio, entretanto, que seja bem assim, pois se as três perspectivas contempladas naquela tríade dão conta, de modo sintético, das três formas básicas de inteligibilidade do social, nada nos esclarecem do ponto de vista que agora nos interessa — o da “realidade” da História. Rejeitada, em princípio, pelo pensamento “positivo”, hostil à “metafísica”, a História como que “retorna pela porta dos fundos”, quer no âmbito do positivismo, quer no do marxismo.

Resulta deste fenômeno o fato de podermos identificar, de um lado, um historicismo naturalista e, de outro, um marxismo historicista. As duas concepções derivam de fonte comum representada pela filosofia da História iluminista, enriquecida, agora, pela idéia ou princípio da evolução. Diferenciam-se entre si estas concepções, em função do fato de ser o “positivismo”, em princípio pelo menos, idealista, ao passo que o marxismo é decididamente materialista. Assim, se a síntese hegeliana tende a estilhaçar-se em várias direções antes mesmo de meados do século, chamemos ou não de marxismo, ou materialismo dialético, ao mais importante desses estilhaços, a realidade da História lhe sobrevive inclusive, como é sabido, no próprio marxismo, mas não só. Quer como forma secularizada da velha Providência, quer como Idéia de fundo ético e racional — como História Universal — a História constitui o horizonte de referência comum a inúmeros filósofos, cientistas sociais e historiadores. Ora mais “naturalizada”, ora mais “humanizada”, a “História” é o solo comum daquele “historicismo” mais genérico ao qual já nos referimos, alvo específico, ainda recentemente, das investidas de Fukuyama.

## *2. Historicismo e “história”*

“A história fala da História”, lembra-nos P. Vilar,<sup>12</sup> mas é necessário lembrar que há maneiras bem diversas de produzir esta fala. Esta pluralidade de falas, que nada mais é do que a das escritas da história, remete-nos

---

<sup>11</sup>. Michel Lowy, *Ideologia e ciência social*, op. cit., loc. cit.

<sup>12</sup>. P. Vilar, *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*, 2ª. ed., Barcelona, Crítica, 1980, pp. 19-20.

à região onde se atualizam as variações epistemológicas e, portanto, formas de inteligibilidade diferentes que subentendem, naturalmente, pressupostos teórico-metodológicos distintos. Todas, no entanto, partilham, pelo menos em princípio, de uma mesma certeza com relação à realidade da História, o que equivale a afirmar que todas são “historicistas”. Todavia, é bastante difundida a idéia de que apenas uma dessas “falas”, ou escritas, corresponde realmente ao “historicismo” (germânico) e, conseqüentemente, somente esta faria jus ao conceito de “historicismo” propriamente dito.

Se assim é, se dentre os vários historicismos existe um mais autêntico ou “verdadeiro”, talvez se possa estabelecer certas diferenças entre os tipos de historicismo mais difundidos e, desta maneira, chegar às características daquele que, dentre estes tipos, de fato corresponde ao “historicismo”. Proponho, neste caso, que consideremos apenas três tipos básicos de historicismo: o naturalista, o marxista ou dialético e o culturalista.

O historicismo de viés naturalista é provavelmente o mais ambíguo desses três tipos. Uma primeira aproximação poderia ser, talvez, a que se baseia nas diferenças entre o positivismo comtiano e o empirismo cientificista. Diferenças, convenhamos, um tanto precárias. Afinal de contas, ambos propõem um discurso nomológico e explicativo referido ao paradigma galileu-newtoniano que o século XIX interpretou em termos mecanicistas ou evolucionistas. Há, também, o holismo metodológico, mais comum entre os historicistas, embora não necessariamente ausente entre os não-historicistas. Ao fim e ao cabo, portanto, parece-me que o mais decisivo aqui é o tipo de inteligibilidade da História que este historicismo preconiza — uma inteligibilidade “discursiva e explicativa”,<sup>13</sup> em tudo e por tudo idêntica àquela aplicada às “ciências naturais” ou “da matéria”. As variações “cartesianas” (dedutivas) ou empiristas (indutivas) não modificam em muito a meta a atingir: uma história que “espelhe” a “realidade histórica” em termos do seu rigor factual (descritivo/narrativo) mas que seja capaz, também de “desvendar” suas leis gerais ou universais, racionais por definição, única forma aceita de se produzir um “conhecimento científico” da História.

O historicismo marxista ou dialético propôs a superação da oposição natureza/cultura, fazendo da História uma produção eminentemente humana, racional e teleologicamente orientada. Humanizando e materializando a História, o marxismo colocou, como condição da sua inteligibilidade, a

---

<sup>13</sup>. G. Gusdorf, *Introduction aux sciences humaines*, Paris, Ophrys, 1974, pp. 38 e segs.



construção da sua “ciência” — a “ciência da História” — cujos princípios teóricos — “materialismo histórico” — são os pressupostos necessários de toda história que se pretenda científica, isto é, objetiva e verdadeira. Opondo-se ao “empirismo positivista”, a história marxista visa, precisamente, ora “construir”, ora “desvendar” uma realidade mais “real” que a das aparências fenomênicas e a única de fato “científica”.

Já o historicismo “culturalista” ou “historismo” parte da distinção radical entre “natureza” e “cultura” ou entre dois “mundos”: o natural e o humano. Citando Vico, há uma distância incomensurável entre o mundo das coisas que Deus criou e o das coisas criadas pelo próprio homem, ou *verum factum*.<sup>14</sup> Nenhum denominador comum é então possível e, em consequência, se a inteligibilidade discursiva e explicativa é válida para o mundo natural, o mesmo não se aplica ao mundo da cultura, cuja inteligibilidade possível é hermenêutica e compreensiva.<sup>15</sup>

Metodologicamente individualizante, o historicismo culturalista é organicista quanto à sociedade e centrado nos indivíduos históricos, do ponto de vista da sua interpretação e compreensão. Como decorrência de tais premissas, o historicismo/historismo postula que nas ciências humanas, ou “do espírito”, ao contrário das ciências da natureza, há uma identidade fundamental entre sujeito e objeto do conhecimento que compromete o princípio da objetividade, ao mesmo tempo que traz ao primeiro plano a questão da significação ou “sentido” das variações humanas, impossível de ser apreendido fora do reconhecimento da especificidade do “outro” e da busca de compreensão e interpretação de sua “diferença” ou individualidade histórica — sua historicidade intrínseca.

### III. O historicismo e sua história

A história do historicismo compreende na verdade duas histórias diferentes, embora parcialmente relacionadas entre si: uma é a história do “historicismo” no seu sentido de referência à realidade da História; outra é a história específica do historismo ou, se assim se preferir, do historicismo em sentido metodológico. Tentarei expor, a seguir, as linhas mestras destas histórias.

---

<sup>14</sup>. R. Mondolfo, *Verum factum*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1971.

<sup>15</sup>. G. Gusdorf, op. cit., pp. 437 e seg.

1. O “historicismo” em sentido genérico remonta suas origens à filosofia da Ilustração do século XVIII, época em que, no dizer de Cassirer, realizou-se a “conquista do mundo histórico”<sup>16</sup> ou da consciência histórica, segundo outros. Referindo-se à História como realidade racional e imanente a desenvolver-se na dimensão temporal, os “filósofos” sublinharam seu sentido intrínseco — a “civilização”. Daí decorreria, também, a necessidade de uma orientação racional em face da evidência empírica, como forma de alcançar um conhecimento histórico verdadeiro, ou seja, “filosófico”. Aqui, o ponto culminante é Kant — “Idéia de uma História Universal do ponto de vista cosmopolita” — cujo diálogo com Herder define e delimita as condições de possibilidade do conhecimento histórico, ao situar a história da humanidade “no horizonte do agir livre humano”.<sup>17</sup>

No seu segundo momento, este historicismo assume conotações específicas e distintas, conforme se tenham em vista sua expressão romântica ou sua forma hegeliana, ambas na primeira metade do século XIX. O idealismo objetivo de Hegel realiza, através da fenomenologia do Espírito e sua dialética, a identificação entre Razão e História, entre o real e o racional. A História então, como singular coletivo, nada mais é do que a seqüência, no tempo, da busca de si mesmo do Espírito absoluto, que se manifesta concretamente em diferentes momentos (épocas/nações).<sup>18</sup>

Ao contrário de Hegel, cuja concepção de História pode ser encarada como seqüência da visão iluminista, embora, é claro, com diferenças significativas, a concepção romântica, ao mesmo tempo que afirma a realidade da História, não a identifica como processo único e racional. Segundo os românticos, a História é, na verdade, o nome das formas e caminhos múltiplos e únicos através dos quais cada época e cada povo ou nação realizam sua própria “humanidade”. A individualização de épocas e de povos implica a realidade de diferentes visões de mundo — cada qual correspondendo a um certo modo de ser e estar no mundo. As criações individuais e sociais são históricas porque são únicas, irredutíveis e incomparáveis às de outras individualidades históricas. O universal se manifesta em cada indivíduo histórico particular e a própria razão é, ela também, histórica. Organicista e

---

<sup>16</sup>. E. Cassirer, *Filosofía de la Ilustración*, 2ª.ed., México, FCE, 1950, pp. 221 e seg.

<sup>17</sup>. I. Kant, “Idée d’une histoire universelle au point de vue cosmopolite”, in *Kant: la philosophie de l’histoire*, Paris, Gonthier, 1947, pp. 26-45; J.F. Herder, *Também uma filosofia da história para a formação da humanidade*, Lisboa, Antígona, 1995.

<sup>18</sup>. J.W.F. Hegel, *La raison dans l’histoire*, Introduction à la philosophie de l’histoire, Paris, Plon, 1965.

providencialista, o romantismo compreende a totalidade em termos de união do Eu com a natureza ou universo e com a comunidade — povo ou nação — e sua alma coletiva. Enfim, em lugar da História Universal, a História Geral da Humanidade. Logo veremos as implicações destes historicismos — o hegeliano e o romântico — para a história-disciplina.

Como terceiro momento do historicismo, nesta minha tentativa de periodização, abordo agora o período que corresponde à segunda metade do século XIX e às três primeiras décadas do atual. Trata-se, na realidade, de um período ao longo do qual a idéia de História domina o horizonte intelectual, fortificada, desde meados do século XIX, pela teoria ou princípio da evolução é pela fé ou certeza do progresso. O ideal de positividade ou cientificidade do conhecimento repele as especulações filosóficas como pura metafísica, embora muitas vezes se trate da substituição de uma metafísica por outra. A realidade da História, porém, permanece. Às vezes naturalizada, como dimensão temporal de seres e fenômenos cuja evolução se dá na escala do tempo, a História é outras vezes entendida também como historicidade relativizadora. Todavia, nessa época, os debates dizem menos acerca da realidade da História do que a respeito da sua natureza e, mais ainda, do método mais eficaz para seu conhecimento científico.

Perpassando essas discussões encontra-se a já então antiga tese de Vico sobre a diferença intransponível entre natureza e cultura. Aceitá-la, ou não, significa ou admitir que a ciência então existente era incapaz de conhecer os fenômenos da cultura, ou então reduzir estes ao paradigma das ciências da natureza vigente à época. O positivismo comtiano e o marxismo, se bem que este em termos muito específicos, enfatizam ao mesmo tempo a unidade da ciência e a realidade da História. O neo-historicismo, ao contrário, a partir de Dilthey, em nome da dualidade entre natureza e “espírito”, conduz o debate para o terreno metodológico — a especificidade dos objetos históricos, criados pelo homem, torna indispensável a utilização de métodos distintos daqueles das ciências naturais, genericamente associados ao positivismo cientificista. Todavia, no seio desse neo-historicismo há flutuações importantes — inclusive num mesmo autor, como Dilthey — acerca do caráter científico ou não do conhecimento produzido em função desta metodologia historicista. Discutir sobre qual ciência é a verdadeira, admitir graus diferenciados de cientificidade, nada disso punha em risco a unidade da ciência, em última instância, segundo alguns.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup>. Pietro Rossi, *Lo storicismo tedesco contemporaneo*, Torino, Einaudi, 1979, reimpressão.

Por último, do período mais recente do século XX trataremos depois, pois é nele que a questão da História passa a constituir problema dos mais atuais.

2. A “outra história do historicismo”, aquela que nos dá conta de suas implicações para a história-disciplina, compreende três momentos principais: romantismo, neo-historicismo e pós-1945.

Devo esclarecer, de início, que aqui não incluo a época da Ilustração, pois, como se depreende da minuciosa análise empreendida por Meinecke,<sup>20</sup> existem, no Século das Luzes, somente poucas evidências ou “prenúncios” propriamente historicistas nos textos de Shaftesbury, Leibniz, Arnold e Vico, assim como, já ao findar o Setecentos, em Ferguson e Burke.

2.1. Começarei, então, pelo Romantismo. Não creio que seja esta a ocasião adequada para expormos as principais características da visão de mundo romântica. Atenho-me apenas àqueles de seus componentes mais diretamente ligados às concepções românticas de história.

Contrapondo-se aos princípios do pensamento das Luzes,<sup>21</sup> os românticos enfatizaram o indivíduo, as emoções e sentimentos, as diferenças. Afirmaram, assim, a realidade e o valor da subjetividade — “revolta da afetividade reprimida e da magia da imaginação banidas do mundo capitalista”<sup>22</sup> — e, sobretudo, como realidade suprema, a Vida. Em consequência, postularam a inseparabilidade do corpo e do espírito, do objetivo e do subjetivo, como premissas à denúncia das insuficiências do racionalismo iluminista incapaz, segundo os românticos, de reconhecer e, portanto, de integrar ao conhecimento faculdades como a intuição e a imaginação, os estados de espírito, como as emoções, e, sobretudo, o sonho. Desenvolveram, ainda, uma visão cosmológica oposta à das Luzes: a natureza já não é mais o objeto a ser desvendado e lido em linguagem matemática, universal; a natureza é, agora, um ser vivente, só acessível a quem se disponha a nela integrar-se por completo, vivenciando os seus mistérios.

O Romantismo conduziu assim a uma nova maneira de conceber o conhecimento histórico. Tanto sua leitura do discurso histórico como a concepção das características da sua produção diferem radicalmente dos seus equivalentes iluministas. As concepções românticas nessa esfera deram origem a um novo tipo de historicismo, já agora em nível epistemológico,

<sup>20</sup>. F. Meinecke, *El historicismo y su génesis*, México, FCE, 1982, reimpressão.

<sup>21</sup>. G. Gusdorf, *Naissance de la conscience romantique au Siècle des Lumières*, Paris, Payot, 1976.

<sup>22</sup>. M. Lowy & R. Sayre, *Romantismo e política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993, p.26.

cuja manifestação mais completa e sistemática corresponde ao chamado “historismo”.

O ponto de partida é a identidade essencial entre sujeito e objeto de conhecimento, da qual deriva a rejeição do “racionalismo abstrato e naturalista” das Luzes. A metodologia, como conseqüência, é, agora, individualizante, centrada nos únicos indivíduos históricos “reais” — o Eu individual e as entidades orgânicas que são os povos e nações. Enfim, como métodos de investigação e abordagem, a compreensão empática e a interpretação hermenêutica.

Tais concepções conduziram à visão tipicamente romântica do papel histórico do “indivíduo”: o Eu individual — heróis e gênios — e o indivíduo coletivo — a comunidade, quer se trate de povos, de Estados-nações ou de épocas. Cada um destes “indivíduos” é pensado como único, incomparável e irreduzível a categorias genéricas ou universais.

Ao abordarem a história, os românticos colocaram em prática esses pressupostos, com resultados diversos em cada caso. Há, por um lado, o “sentimento de perda” ou “nostalgia do passado”, que valorizam épocas ou lugares percebidos como opostos às realidades da época do Romantismo — a Idade Média, os tempos nebulosos das origens dos povos, as regiões “exóticas” reveladas por viajantes. Na investigação deste campo, o Romantismo incorporou e desenvolveu as práticas eruditas, vindas do século XVIII, de natureza heurística e crítica, ancoradas principalmente na Filologia. Não por acaso, intensificaram-se as pesquisas de fontes, a publicação de grandes corpos documentais, as edições críticas, com ênfase no material relativo às épocas mais antigas ou mais “obscuras” do passado de povos e nações, com destaque especial para os estudos lingüísticos.

O panorama da historiografia romântica é, na verdade, tão variado quanto o do próprio Romantismo e, tal como este, assume características diferentes de país para país, o que permite tipologias diversas. A título de exemplo, menciono a conhecida dicotomia que opõe historiadores conservadores ou mesmo reacionários, a historiadores progressistas, liberais ou, inclusive, revolucionários. No entanto, não são estas as questões que agora nos interessam. Prefiro considerar somente dois tipos principais: o historiador “romântico” e o “historiador científico”.

Os historiadores “românticos” podem ser distribuídos ao longo de um eixo que corresponde ao seu comprometimento maior ou menor com a erudição documental. Infensos aos rigores empíricos positivistas, tais historia-

dores se servem, indiferentemente, de fontes primárias e secundárias e só raramente revelam preocupações críticas em relação a elas. Em geral, estão convencidos de que o elemento chave é o próprio historiador. Cabe a este, com sua intuição e imaginação, “recriar o passado” tal como este “realmente existiu”: vivo e, sobretudo, *humano*. Daí a importância que atribuem às motivações e intuições dos indivíduos históricos, os sentimentos, anseios e manifestações individuais e coletivos (populares), ainda que mágicos ou fantásticos. A verdade histórica, neste caso, não remete apenas a evidências empíricas, mas sim à persuasão retórica do historiador, à sua capacidade de fazer o leitor crer na verossimilhança dos acontecimentos por ele narrados. Historiar é uma arte e a história um gênero literário cujo cerne é a sensação ou ilusão de realidade que o texto seja capaz de criar e transmitir ao leitor.

Contra esta história, “romântica” por definição, constituiu-se a chamada Escola Histórica Alemã, cuja figura máxima, Ranke, escreveu certa vez que o seu amor pela história nasceu a partir da leitura dos historiadores românticos, como Walter Scott, pois, aos poucos, chegara à conclusão de que a história verdadeira é muito mais rica e interessante que as ficções daqueles historiadores.

Talvez o problema maior que a Escola Histórica apresenta seja exatamente este: a eventual não-sintonia, mais aparente que real, entre seus pressupostos ontológicos e epistemológicos e a sua ênfase na necessidade de um método histórico “objetivo”, isto é, científico, capaz de conduzir a uma “história verdadeira”. A luta contra as “ficções românticas” e as “especulações dos filósofos” (leia-se aí Hegel), o ideal de cientificidade, aproximam os historiadores da Escola Histórica do positivismo. Entretanto, quando se examina mais atentamente seus pressupostos, torna-se quase evidente que o “historismo” da Escola Histórica constitui, de fato, uma forma ao mesmo tempo específica e radical de historicismo. Com efeito, a partir da constatação da historicidade intrínseca, constitutiva e específica de todas as criações humanas, os historiadores germânicos colocaram, como condição do seu conhecimento, a “compreensão” do sentido ou significação de tais criações segundo a perspectiva dos seus criadores. Na prática, dado o prestígio então adquirido pela Filologia, coube a esta a tarefa de interpretar e compreender, via hermenêutica, o sentido autêntico, verdadeiro, das fontes documentais. Providencialismo, individualismo metodológico, organicismo, caminham de par com afirmações acerca da neutralidade do

historiador e da realidade objetiva dos fatos, fazendo pensar, por vezes, numa espécie de “derrapagem positivista”. Todavia, a Escola Histórica incorpora, em boa parte, a visão romântica do mundo e do homem, seu idealismo subjetivo, o individualismo metodológico, a visão holística de épocas e nações — cada uma destas com o direito de buscar sua perfeição única e incomparável, pois “todas são iguais aos olhos do Criador”. Os “fatos”, por outro lado, não são apenas “dados”, uma vez que exigem a compreensão (psicológica) dos motivos e intenções dos agentes históricos em suas interações concretas. Enfim, em contraposição à leitura de Ranke e seus epígonos em clave positivista, muito difundida por sinal, proponho uma leitura historicista — o caráter único de cada realidade histórica, individual ou coletiva — e a exigência metodológica de compreendê-la e interpretá-la em seus termos originais, ou seja, conforme a respectiva visão de mundo e as formas de pensamento e ação realmente existentes à época. Acredito que, deste modo, a conhecida e repetida frase de Ranke — “narrar os acontecimentos tal como realmente ocorreram” — possa ser lida, como acredito que deva ser: uma declaração profundamente “historicista”.

## 2.2 O “neo-historicismo”

Designa-se assim, ou designou-se até recentemente, como tendência, ao conjunto de concepções teórico-metodológicas surgidas a partir da última década do século passado e vigentes até a década de 1930. Basicamente germânica, tal tendência abrange também a Itália, Grã-Bretanha, Espanha e, de certo modo, a França e os E.U.A. No conjunto, ela constituiu uma das muitas faces da “reação antipositivista”<sup>23</sup> e, conforme o caso, identifica-se ora como neokantiana, ora como neo-hegeliana.

A vertente germânica, que se inicia com Dilthey, ao mesmo tempo que rejeita as divagações metafísicas do historicismo romântico, é crítica em relação a certas contaminações positivistas da Escola Histórica, a começar pela recusa ou incapacidade desta em reconhecer o essencial: a natureza totalmente distinta dos fenômenos do “espírito”. Tratava-se, em última análise, de “retomar e completar Kant” — definir a natureza e as condições de possibilidade das “ciências do espírito”, isto é, de um conhecimento objetivo de fenômenos nos quais o homem é ao mesmo tempo seu sujeito e objeto. Ao fim e ao cabo, pretendiam os neo-historicistas construir

<sup>23</sup> H. Stuart Hughes, *Coscienza e società*. Storia delle idee in Europa del 1890 al 1930, Torino, Einaudi, 1967, pp. 40 e seg.

uma epistemologia que pudesse embasar uma metodologia científica adequada às criações culturais. Subjacente a essas propostas, esteve sempre o projeto mais ambicioso de concretizar a “crítica da razão histórica” (contra a Razão Iluminista), embora, como ironizou R. Aron, não tenham ido além de uma “crítica histórica da razão”.<sup>24</sup>

O neo-historicismo germânico tem em Dilthey, Rickert, Simmel e Windelband seus principais expoentes<sup>25</sup> e entre seus historiadores Meinecke e Tröeltsch. Quanto a Max Weber, prefiro situá-lo à parte já que, apesar da forte influência do neo-historicismo na sua formação, preocupou-se em recusar o dualismo epistemológico no sentido de configurar uma síntese capaz de preservar a unidade da ciência. Com efeito, se a ênfase na compreensão parece identificá-lo com o historicismo, sua recusa do psicologismo de Dilthey e sua concepção da História como mero empirismo caótico afastam-se do historicismo<sup>26</sup>.

O neo-historicismo de matriz neo-hegeliana está associado sobretudo às idéias de Benedetto Croce, cuja influência sobre a historiografia italiana ultrapassa o final da Segunda Guerra Mundial.<sup>27</sup> Na Inglaterra, M. Oakeshott e R.G.Collingwood representam a presença deste neo-historicismo,<sup>28</sup> tal como, na Espanha, Ortega y Gasset.<sup>29</sup>

#### *IV. Historicismos contemporâneos*

A historiografia “contemporânea”, assim entendida a historiografia pós 1945, caracteriza-se, simultaneamente, por seu historicismo e anti-historicismo. Historicista na medida em que se manteve vivo o realismo histórico; anti-historicista, em princípio, porque as principais correntes historiográficas rejeitavam os pressupostos epistemológicos do “historismo”. Assim sendo, o historicismo, no sentido de admissão da idéia de História enquanto referência à totalidade do desenvolvimento temporal — a “matéria do conhecimento histórico” —, não só persistiu como se fortaleceu,

---

<sup>24</sup>. R. Aron, *La philosophie critique de l'histoire*. Essai sur une théorie allemande de l'histoire, Paris, J. Vrin, 1950.

<sup>25</sup>. J. Freund, *As teorias das ciências humanas*, Lisboa, Socicultur, 1977.

<sup>26</sup>. J. Vericat, *Ciencia, historia y sociedad*, Madrid, Istmo, 1976.

<sup>27</sup>. Daniela Coli, “Idealismo e marxismo nella storiografia italiana degli anni ‘50’ e ‘60’”, in Pietro Rossi (edit.), *La storiografia contemporanea*. Indirizzi e problemi, 2ª.ed, Milano, Il Saggiatore, 1985, pp. 39-58.

<sup>28</sup>. Preston King (edit.), *The history of ideas*, London, Croom Helm, 1983, pp. 3-66.

<sup>29</sup>. A. R. García, *El labirinto de la razón: Ortega y Heidegger*, Madrid, Alanza, 1990.



sobretudo entre os historiadores marxistas e aqueles influenciados em grau maior ou menor pelo marxismo, como foi o caso de muitos dos “annalistas” franceses.

A existência da História como referência necessária a qualquer tipo de conhecimento, enunciada desde 1929 por Mannheim, provocou críticas cada vez mais veementes de filósofos e cientistas sociais contrários às implicações relativistas e céticas do conceito de “historicidade” ou às apropriações político-ideológicas da idéia de História. Contra estas últimas dirigiu K. Popper, em 1936, suas críticas e ironias em *The Poverty of Historicism*,<sup>30</sup> espécie de “bíblia” neopositivista, para exorcizar historicistas de todas as obediências, especialmente marxistas e sociólogos do conhecimento. Seria impossível mencionar aqui todos os ataques posteriores, razão pela qual prefiro citar alguns trechos escritos por Leo Strauss em 1953:<sup>31</sup>

O historicismo afirma que todos os pensamentos humanos e crenças são históricos e, portanto, destinados a perecer; mas o historicismo é também um pensamento humano; logo, o historicismo só pode ter uma validade temporária, pois, caso contrário, ele não pode ser verdadeiro.

E ainda:

Se o historicismo não pode ser tomado como algo evidente, torna-se inevitável a pergunta sobre se o que foi saudado no século XIX como uma descoberta não seria, de fato, uma invenção, isto é, uma interpretação arbitrária de fenômenos que sempre haviam sido conhecidos e que tinham sido interpretados muito mais adequadamente antes da emergência da consciência histórica do que depois. Temos de perguntar se o que é chamado de “descoberta” da história não é, de fato, uma solução artificial e improvisada para um problema, que só poderia formular-se à base de premissas muito questionáveis.<sup>32</sup>

Desculpem-me essas tão longas citações. Acredito porém que elas ilustram bem os pontos que enunciamos e, além disso, sublinham outros

---

<sup>30</sup>. Karl R. Popper, *The poverty of historicism*, London, Routledge, 1957.

<sup>31</sup>. L. Strauss, apud Preston King, op. cit., p. 17.

<sup>32</sup>. Idem, ibid., pp. 17-18: “If historicism cannot be taken for granted, the question becomes inevitable whether what was hailed in the nineteenth century as a discovery was not, in fact, an invention, that is, an arbitrary interpretation of phenomena which had always been known and which had been interpreted much more adequately prior to the emergence of the historical consciousness than afterward. We have to raise the question whether what is called the ‘discovery’ of history is not, in fact, an artificial and makeshift solution to a problem that could arise only on the basis of very questionable premises.”

dois, não menos importantes: a suspeita de que a idéia mesma de “História” é fruto de uma “invenção”<sup>33</sup> e as dúvidas em relação à natureza e necessidade da “descoberta da história”. Neopositivistas e estruturalistas constituem, na época contemporânea, os representantes mais importantes da oposição ao “historicismo”, isto é, à História como “singular coletivo”, processo real e imanente.<sup>34</sup>

“1968”, afirmam alguns, anos 80, dizem outros.<sup>35</sup> Qualquer que seja a data decisiva, o fato essencial é o mesmo: a crise da modernidade e o advento da pós-modernidade. No bojo desta crise, com o descrédito da Grande Teoria ou das “grandes narrativas”, como o marxismo e o estruturalismo, a História chega ao fim — como em Fukuyama —,<sup>36</sup> se é mesmo que tenha jamais existido (cf., acima, Strauss) esse mito iluminista.

Fim ou morte da História — e do historicismo. Datas e circunstâncias variam ao sabor daqueles que assinam seu atestado de óbito: Auschwitz, Gulags, Paris-1968, Berlim-1989... Não variam porém suas conseqüências: a História como processo total e racional, dotado de determinação e sentido imanentes, não mais pode ser levada a sério. Desconstrucionismo e fragmentação — ou estilhaçamento — dos objetos expressam, na historiografia pós-moderna, esta rejeição da História — como referente (realismo histórico) e como totalidade.

Retomo neste passo o tema do anti-historicismo, já agora tendo em vista a história (disciplina). Para compreender-se em profundidade a natureza desta questão teríamos, a rigor, que proceder à análise das histórias de cada uma das correntes ou “escolas” historiográficas que dominam o cenário da historiografia pós-1945 — as “novas histórias”, sobretudo a “*nouvelle histoire*”. No entanto, tal digressão nos levaria certamente até o final do século XIX, isto é, a Durkheim, Simiand, Lamprecht, Berr, Pirenne e muitos outros. Tarefa inviável, nesta oportunidade pelo menos, razão pela qual preferi ater-me à enunciação de algumas “teses” a respeito de *alguns* dos traços comuns às “novas” histórias:

---

<sup>33</sup>. Keith Jenkins, *What is history?*, London, Routledge, 1995, pp.16-17.

<sup>34</sup>. R. Koselleck, *Futures past*, op. cit., loc. cit.

<sup>35</sup>. Inacio Gortázar, “La ‘Nueva Historia’, una estructura de larga duración”, in J. Andrés-Gallego (dir.), op.cit., pp 29-81, no primeiro caso. Quentin Skinner (ed.), *The return of grand theory in the human science*. Cambridge, Cambridge University Press, 1990. pp. 1-20, no segundo.

<sup>36</sup>. P. Anderson, *O fim da história de Hegel a Fukuyama*, Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

Todas admitem o relativismo moral e cultural mas não o cognitivo.  
Do ponto de vista gnosiológico todas são pós-kantianas.  
Todas são “modernas”.<sup>37</sup>

Assim, verifica-se que o relativismo está ligado à visão historicista do homem; o caráter pós-kantiano tem a ver com o princípio segundo o qual o conhecimento “constitui” a realidade que se estuda, o que não significa, porém, a impossibilidade de um conhecimento “verdadeiro” e “objetivo”, enfim, “moderno”, porque, de uma forma ou de outra, suas interpretações do passado pressupõem a “emancipação” e o “progresso”, ideologias nascidas com a Ilustração.

No caso específico dos *Annales*, o componente historicista já estava presente em Bloch e Febvre, como assinalou Ch. Morazé<sup>38</sup> e, segundo Dosse,<sup>39</sup> a influência de Foucault acentuou a perspectiva historicista dos principais historiadores da chamada “terceira geração”. Foucault, por sinal, ao prefaciá-lo de Cassiner, em 1966, escreveu com todas as letras: “sejamos todos neokantianos”<sup>40</sup>. Tendências semelhantes podem ser detectadas nas demais “novas histórias” como, por exemplo, nas conhecidas “acusações” de historicismo dirigidas aos trabalhos de Thompson.<sup>41</sup>

Verifica-se que a presença do historicismo é muito mais ampla do que se costuma supor em geral. Acredito, no entanto, que, em face do complicador atual representado pela historiografia pós-moderna, há necessidade de atentar para duas questões: 1- Não confundirmos características pós-modernas com características historicistas; 2- Definir critérios de “historicismo” que permitam detectar suas manifestações nas “novas histórias”.

A primeira questão propõe na verdade um trabalho que mal começou ainda, pois significa a possibilidade de se estabelecer diferenças significativas, quer no âmbito da “microhistória”, quer no da relação entre a narrativa histórica e seu referente. Por ora, considero como viável apenas a segunda questão. Retomo então, neste caso, o texto já citado de Lowy no passo em que ele enumera as hipóteses típicas do historicismo:

---

<sup>37</sup>. I.U. Gortázar, *La ‘Nueva Historia’...*, op.cit., pp.31 e segs.

<sup>38</sup>. Ch. Morazé, *La logique de l’histoire*, Paris, Gallimard, 1967.

<sup>39</sup>. F. Dosse, *L’histoire en miettes*, Paris, La Découverte, 1987.

<sup>40</sup>. M. Foucault, *La Quinzaine Littéraire*, n° 8, 1966, p. 3.

<sup>41</sup>. Bryan D. Palmer & Edward Palmer Thompson, *Objecções e oposições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

O caráter histórico de qualquer fenômeno social ou humano, do qual resulta a exigência de compreendê-lo também historicamente;  
A diferença fundamental entre fatos naturais e fatos histórico-sociais ou humanos;  
A certeza de que o sujeito e o objeto do conhecimento estão igualmente imersos no curso da História.<sup>42</sup>

A esses critérios poder-se-ia acrescentar, no sentido de melhor explicitá-los, a viabilidade ou não de se poder perceber nas “novas histórias” alguns dos pressupostos teórico-metodológicos típicos do “historismo”. Com efeito, a primeira das três hipóteses de Lowy é a mais conhecida e aceita; está impressa, inclusive, na própria trajetória dos *Annales*, tanto intelectual como político-institucional. Já a segunda hipótese é bem mais complicada, pois coloca o problema da unidade do conhecimento científico — e todas as “novas histórias” se pretendem científicas, embora com gradações e especificações variadas, o que não as impede de recusar quaisquer definições que impliquem sua caracterização em termos de arte ou literatura.

Como demonstrou P. Rossi,<sup>43</sup> o debate contemporâneo acerca do caráter científico ou não do conhecimento histórico já possui uma longa história, duas na verdade, uma vez que tanto se pode acompanhá-lo no âmbito mais filosófico — a partir do conhecido artigo de Hempel, de 1942, sobre as *covering laws* em história<sup>44</sup> — como no da historiografia propriamente dita. O curioso, como sublinhou Rossi, é o paralelismo e a dissociação entre essas duas vertentes do debate, pelo menos até a publicação do conhecido livro de P. Veyne,<sup>45</sup> em 1971. De uma maneira geral, os historiadores permaneceram fiéis ao “realismo histórico” e interessaram-se relativamente pouco pelo problema da cientificidade na medida em que o importante, para a maioria deles, continuou a ser a certeza de poderem produzir conhecimento “verdadeiro”.<sup>46</sup>

Por último, quanto à terceira hipótese, a consciência da sua validade tornou-se moeda corrente, quer do ponto de vista do reconhecimento do papel do historiador na construção de suas fontes e objetos — e do discurso histórico respectivo —, quer em relação às condições de produção deste dis-

---

<sup>42</sup>. Michel Lowy, *Ideologias e...*, op.cit., pp. 69-70.

<sup>43</sup>. P. Rossi, *La teoria della storiografia oggi*, Milano, Il Saggiatore, 1988, pp. 7-22.

<sup>44</sup>. C.G. Hempel, “The function of general chaos in history”, in P. Gardiner, *Theories of history*, Glencoe (Illinois), The Free Press, 1959, pp. 344-355.

<sup>45</sup>. P. Veyne, *Comment on écrit l'histoire*, Paris, Flammarion, 1971.

<sup>46</sup>. J. Topolski (edit.), *Historiography...*, op. cit.

curso, isto é, não mais apenas sua vinculação à noção difusa de “presente” mas, de fato, a “lugares” precisos, como analisou M. de Certeau<sup>47</sup>.

Associando-se tais constatações à tendência que se observa em termos de afirmação cada vez maior da subjetividade no campo da historiografia, fica evidente a existência de um relativismo em expansão, mesmo sem se levar em conta o impacto lingüístico e narrativista.

Resta-nos então indagar sobre a natureza dos indícios denunciadores de um possível aprofundamento dessa presença real do historicismo na historiografia contemporânea. Estou convencido, quanto a tais indícios, que o mais importante dentre eles é a forte “guinada interpretativa e compreensiva” analisada por Dosse,<sup>48</sup> isto é, o “historicismo hermenêutico”. Tendência esta, aliás, fortalecida em decorrência do avanço da etnohistória, ou antropologia histórica, no curso do qual não poucos historiadores deixaram-se fascinar pela metodologia hermenêutica da “descrição densa”, de C. Geertz.<sup>49</sup> Tal como no “historismo”, os historiadores estão hoje em dia mais empenhados em compreender o “outro” em seus (deles) próprios termos do que em tentar explicá-lo teoricamente. Resulta daí que a interpretação é entendida em clave hermenêutica, como uma busca do “sentido original” de ações e representações: as razões ou motivações, as estratégias e projetos de indivíduos e grupos sociais. Em substituição aos holismos metodológicos, desenvolve-se o individualismo, aqui reforçado (e fortalecedor) pela fragmentação dos objetos. O interesse principal dirige-se para tudo aquilo que, por ser particular, marginal ou único deve ser resgatado do esquecimento. Mesmo no caso de admitir a realidade de múltiplos “constrangimentos”<sup>50</sup> econômicos, sociais ou culturais, de natureza estrutural ou conjuntural, o interesse do historiador concentra-se mais na investigação daquelas ações e comportamentos, atitudes mentais, práticas e representações de indivíduos ou pequenos grupos que lhe facultem esmiuçar e compreender os mecanismos do consenso e da dissidência, da negociação e da transgressão, existentes em todo sistema de dominação. A “microhistória”, (como alusão à dimensão do campo de observação), torna-se então inevitável. Subjetividades exacerbadas — do historiador e de seus sujeitos —, ob-

<sup>47</sup>. Michel de Certeau, *L'écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975.

<sup>48</sup>. François Dosse, *Le tournant ...*, op.cit.

<sup>49</sup>. Charles-Olivier Carbonell, “Antropologia, etnologia e história: la tercera generación em Francia”, in J. Andrés-Gallego (edit.), op.cit., pp.91-100.

<sup>50</sup>. R. Chartier, “L'histoire aujourd'hui: doutes, défis, propositions”, in Carlos Barros (edit.), *Historia a debate*, La Coruña, 1995, t. 1, pp.119-130.

jetos produzidos a cada passo pelo historiador, ausência de comprometimento com o que se encontra fora ou além do campo iluminado pelo microscópio, produzem, em conjunto, aquela sensação de uma realidade caleidoscópica.<sup>51</sup>

Quero concluir esta palestra com algumas reiteraões, afirmaões e, também, indagaões.

Reitero apenas aquilo que enunciei logo de início: o historicismo está ao mesmo tempo presente e ausente na historiografia contemporânea, e boa parte deste aparente paradoxo resulta de imprecisões conceituais potencializadas, em alguns casos, por insuficiências analíticas.

Afirmo que a denominada “crise” da história, se de fato é possível chamá-la assim, é o resultado também de tendências oriundas do próprio “território do historiador” e não apenas de “desafios” ou “perigos”, internos ou externos, que estariam a acuar ou a ameaçar a prática do “ofício”.

Afirmo, também, que tanto as “novas histórias” como a “velha história” mantêm, em princípio, um compromisso básico com o “realismo histórico”.

Afirmo, finalmente, que o historicismo, nas duas acepções analisadas, tornou-se cada vez mais presente, de uma maneira geral, no horizonte metodológico das “novas histórias”.

Indago-me, porém, até que ponto esta minha análise acerca da atualidade do historicismo não poderá vir a ser entendida como acusação. Não considero o historicismo a encarnação do “mal” e não lhe atribuo exclusividade na explicação das mudanças que conduziram a historiografia às suas características atuais.

Indago-me, enfim, se não se poderia propor, como hipótese de trabalho, a necessidade de aprofundar pesquisas e reflexões sobre como e até que ponto as próprias transformações havidas e ainda em curso na historiografia preparam a passagem ou transição da “nova história” à história pós-moderna.

*(Recebido para publicação em setembro de 1997)*

---

<sup>51</sup>. Ciro F. S. Cardoso, *Ensaio racionalistas*, R.J., Campus, 1988, pp. 93 e segs; Michel Zaidan Filho, *A crise da razão histórica*, Campinas, Papirus, 1989, pp. 27-36.